

# **UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA**

Fundada em 01 de Agosto de 1927  
A JUVENTUDE DO PARTIDÃO

## **CADERNO DE RESOLUÇÕES**

### **CONGRESSO NACIONAL DE REORGANIZAÇÃO DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA**

Belo Horizonte, junho de 2006.

#### Índice:

1. carta a juventude BRASILEIRA.
2. APRESENTAÇÃO.
3. Breve história da União da Juventude Comunista (UJC).
4. A juventude e a sua organização na sociedade.
5. Organizar os jovens comunistas.
6. A juventude no mundo do TRABALHO.
7. A juventude e a educação.

8. A juventude e a cultura.

9. CONjuntura Internacional.

10. conjuntura Nacional.

11. Relação da UJC com o PCB.

12. ESTATUTO DA UJC

Anexos:

- Coordenação nacional.
- Hino da união da juventude comunista.

**UJC**  
**UNIÃO DA JUVENTUDE**  
**COMUNISTA**  
FUNDADA 01° DE AGOSTO DE 1927

**CARTA À JUVENTUDE BRASILEIRA**

Entre os dias 15 e 18 de Junho de 2006, ocorreu em Belo Horizonte, Minas Gerais, o Congresso Nacional de Reorganização da União da Juventude Comunista, onde aprovado seu estatuto e eleita uma diretoria nacional da UJC. Aprovou-se, também, uma resolução política.

A UJC, fundada em 1° de Agosto de 1927, é hoje a organização jovem de esquerda mais antiga no Brasil. Em seus quase 80 anos, sempre se apresentou para as lutas de nossa juventude e de nosso povo, presente em suas principais batalhas, assim como o PCB, partido a qual mantém ligação política e ideológica, sendo sua juventude.

De grande importância para não só a juventude, mas para o conjunto dos movimentos sociais em luta por um Brasil mais justo e igualitário, a UJC se reapresenta como um importante operador político na realidade, conclamado a necessidade de unificar as forças comprometidas com a superação do estágio atual do desenvolvimento do capitalismo e com a criação de um campo político de esquerda, construído na perspectiva do socialismo como único sistema capaz de solucionar as contradições impostas pelo sistema capitalista, que impossibilitam o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades humanas.

Vivemos em tempos de incertezas e turbulências

As idéias não poderão jamais levar além de uma fase antiga do mundo – podem apenas levar além das idéias de uma fase antiga do mundo. Além disso, as idéias nada podem realizar. Para isso, são necessários homens que ponham a funcionar uma força prática.

(Karl Marx e Frederich Engels, Crítica da Crítica Crítica contra Bruno Bauer e Consorte –

A Sagrada Família)

Saudações Comunistas

Coordenação Nacional da União da Juventude Comunista – UJC

## APRESENTAÇÃO

A União da Juventude Comunista, a UJC, apesar de já ter sido aprovada em reunião do Comitê Central do PCB desde o ano de 1925, só viria a ser fundada de fato no ano de 1927, após algumas tentativas de se estruturar sem sucesso. Este fato mostra a dificuldade encontrada pelos pioneiros na tarefa de organizar a Juventude Comunista, dificuldades essas que nunca deixaram de se apresentar durante toda a história da UJC, influenciando em muito na trajetória desta que se apresenta hoje, em seu processo de reorganização, como a mais antiga organização da juventude de esquerda do país.

Durante os seus quase 80 anos, a UJC foi fechada e acionada diversas vezes, ora por conseqüências conjunturais, ora por mudanças táticas do PCB. Porém, é inegável que, além do já mencionado pioneirismo em questões de Juventude, a UJC em muito contribuiu não apenas para o movimento jovem, mas também para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros. A UJC, após o XIII Congresso do Partido Comunista Brasileiro, volta a se colocar como uma importante ferramenta a serviço da organização, da mobilização e das lutas da juventude, principalmente a serviço da causa do comunismo.

À época do XIII Congresso do PCB, a UJC já estava ativada em alguns Estados, mas não havia uma organização articulada em nível nacional, o que enfraquecia a sua capacidade de intervenção na juventude e no conjunto da sociedade. Após o Congresso, foi criada, em reunião do Comitê Central do PCB uma Comissão Nacional Provisória da UJC, composta por 10 militantes da Juventude do PCB de diversos Estados, com o objetivo de implementar a atuação da UJC em âmbito nacional e organizar o congresso de reorganização da entidade.

O congresso nacional de reorganização da UJC realizou-se em junho de 2006, sendo então dissolvida a comissão nacional provisória e eleita a nova direção nacional. Foram aprovados o Estatuto e uma resolução política. As resoluções do congresso são um importante documento na orientação da atuação da Juventude Comunista, que apresenta, como contribuição ao debate dos Jovens em âmbito nacional e internacional, sua tática e sua estratégia, suas bandeiras de lutas e sua organização.

As resoluções não buscam abarcar de maneira geral os problemas e dilemas na reorganização da UJC e de sua intervenção política e muito menos esgotar este debate, mas são apresentadas como um documento guia que orientará a atuação da UJC e sua intervenção no conjunto dos movimentos sociais, com base na análise concreta da conjuntura e do próprio desenvolvimento da luta pela superação revolucionária do modo de produção capitalista.

Com esta orientação, coletiva e democraticamente elaborada, os Jovens Comunistas estarão em melhores condições para desempenhar o seu papel no âmbito dos movimentos sociais e qualificar sua postura na sociedade –

principalmente nas esferas juvenis –, frente ao constante bombardeio ideológico da burguesia. Assim, a UJC se apresenta ao conjunto da juventude brasileira, mostrando que é não apenas possível como também necessário organizar revolucionariamente a juventude.

Até a Vitória!  
Coordenação Nacional da UJC – Brasil

## **BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA (UJC)**

Fundada em 1º de Agosto de 1927

### **I Difícil Infância**

Os anos pós Revolução Russa de Outubro foram de grande movimentação no cenário do movimento comunista.

A fundação da III Internacional - ou Komintern -, inspiradas não mais na estrutura de "federalismo", como funcionava a II Internacional, mas sim sob a lógica de um só Partido Internacional, que surge como um formulador de linhas gerais, onde umas séries de partidos criados no calor da Revolução estavam filiados e buscavam orientações para suas ações políticas. No Brasil, em 1922, é criado o PCB. Além de ter sua inspiração também na Revolução Bolchevique, o PCB era fruto do novo e em progressivo crescimento movimento operário brasileiro, que não mais se sentia contemplado nas teses do movimento anarquista e carecia de uma organização que unificasse as novas demandas, mobilizações e lutas, uma organização que pudesse formular um programa de intervenção política qualitativamente de maior envergadura, que extrapolasse os limites das "ações diretas e de pouco efeitos produtivos para o movimento operário".

O PCB, que desde seu início buscava se enquadrar nas linhas do Komintern, procura desenvolver no Brasil a orientação de organizar sua Juventude Comunista, orientação esta que já percorria os PCs desde o II congresso do Komintern, em 1920, que havia também organizado o I Congresso da Internacional da Juventude Comunista. Em uma reunião do Comitê Central, no ano de 1924, o PCB já havia encaminhado a organização da Juventude Comunista. No entanto, este encaminhamento encontrou dificuldades em ser aplicado.

Apesar das adversidades, o II Congresso do PCB, realizado em 1925, resolveu que a Juventude Comunista, que até então havia atraído poucos novos membros desde sua aprovação, deveria receber uma maior atenção por parte dos membros da direção nacional do Partido. Após substituição decorrente de problemas de cunho pessoal, a tarefa de organizar a Juventude foi passada ao jovem estudante Leôncio Basbaum, que, em Recife organizara uma forte base da JC. No Rio de

Janeiro, em 1926, se organizavam os primeiros DAs e CAs, já sob a influência da JC.

Devido à boa ação de Leôncio Basbaum, o Comitê Central lhe encarrega também a tarefa de organizar a JC em nível nacional. Já no 1º de Maio de 1927, a nova Juventude Comunista possui uma participação de destaque nas mobilizações, mostrando não só a viabilidade como a necessidade de uma organização do gênero. Esta participação no 1º de Maio incentiva o comitê Central a apressar o processo de organização da JC e, desta maneira, no dia 1º de Agosto de 1927 é oficialmente fundada Juventude Comunista. Sua primeira direção é composta por Leôncio Basbaum, Jaime Ferreira, Elísio, Altamiro, Brasilino, Pedro Magalhães e Arlindo Pinho. Logo após a fundação, a JC pede ingresso na Internacional da Juventude Comunista, onde não só é aceita como convidada a mandar delegado ao seu V Congresso, em Setembro de 1928.

## **II**

### **Forte Influencia Externa**

O Movimento Comunista Internacional (MCI) passava então por uma forte disputa de projetos que culminaria, em fins dos anos 20, na vitória do segmento de Stalin e da política de “Classe contra Classe”, uma política de confrontação direta com forte manifestação de um obrerismo sectário que influenciava todos os Partidos filiados ao Komintern. Essa política, porém, ainda não havia atingido o PCB nem a JC. Em 04 de Janeiro de 1929, após o III Congresso do PCB, é realizado o I Congresso da JC, num momento de grande riqueza de formulações originais por parte do Partido, que na época possuía à sua frente Astrojildo Pereira. O congresso da JC formula ricamente sua intervenção no movimento de juventude, priorizando o meio sindical e cultural, a organização dos Centros de Jovens Proletários, além de manter o dialogo com o nascente movimento estudantil.

A JC entra na década de 1930 ainda sem muita expressão. Tanto o PCB quanto a JC, conseqüentemente, sofrem a crescente influencia do obrerismo, o que por sua vez engessou as organizações levando-as para um estreito isolamento político.

## **III**

### **Frente Ampla (Mudança da Linha Política)**

Todavia, com o crescimento do movimento fascista na Europa, o Komintern se vê obrigado a recuar de sua política estreita, e, em 1935 é levado à frente do Komintern Dimitrov, herói na luta contra o Fascismo, que efetua uma guinada na linha política do MCI com a busca pela construção das frentes únicas contra o avanço do fascismo. No seu relatório apresentado durante o VII Congresso do Komintern, elucidando o Fascismo, suas características e seu avanço, houve um importante espaço para abordar o tema das frentes antifascistas na juventude, onde, de maneira genérica, procurou fazer um balanço das atividades das

Juventudes Comunistas: "Nossas Juventudes Comunistas continuam sendo, numa série de países capitalistas, organizações sectárias, desligadas das massas. Sua debilidade principal reside em que se esforçam ainda em copiar as formas e métodos de trabalho dos Partidos Comunistas, e esquecem que as juventudes comunistas não são os Partidos Comunistas da Juventude. Não percebem que são organizações com tarefas especiais. Seus métodos e formas de trabalho, de educação, de luta, não de adaptar-se ao nível concreto e as exigências da juventude".

No Brasil, desde o ano anterior, já se sentia a necessidade da JC se integrar a um movimento mais amplo diante da fascistização do Estado com Getúlio Vargas e sair do isolamento em que se encontrava. Foi com este espírito que a JC participou ativamente da Conferência Nacional de Estudantes Antifascistas. Nesta ocasião ocorreu, além das grandes mobilizações promovidas pela Juventude Comunista, uma série de conflitos físicos entre os Comunistas e os Integralistas (Movimento de nítida caracterização fascista). Num dos mais famosos confrontos, a chamada Batalha da Sé em São Paulo, houve diversos feridos e quatro mortos, sendo um militante da Juventude Comunista. No Rio, houve violentos confrontos, na Cinelândia (centro da cidade).

A necessidade, cada vez maior, de se intensificar a luta contra não só a fascistização do Estado como na sociedade contra a Ação Integralista Brasileira, obrigava a Juventude Comunista a diversificar suas formas de resistência e lutas. Assim, é criado o jornal "Juventude" em 1935, jornal que conclamava à unidade incondicional dos segmentos antifascistas.

Em um documento do CC do PCB sobre as resoluções do pleno do CC de Maio de 1935, o Partido apontava a necessidade de se organizar, além dos espaços da JC, os "mais amplos e variados organismos de massas, culturais, recreativos, esportivos etc, nas cidades e no campo". A resolução apontava para que a JC formasse comitês juvenis da ANL, a Aliança Nacional Libertadora, e indicava também como prioridade, no meio estudantil, organizar o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, e que o congresso deliberasse por sua adesão à ANL, fazendo um trabalho paralelo entre os estudantes e entre os Jovens operários nas fábricas, sindicatos etc: "Formar e ampliar a JC dentro de amplos organismos de massa juvenis".

Em comícios por todo o país, os jovens comunistas participavam e muitos eram presos em atos simbólicos, onde se enforcavam galinhas verdes, ironizando os integralistas (que assim eram conhecidos, devido às suas fardas verdes). Em Março, foi aclamado no teatro João Caetano, no Rio, por proposta de um dirigente da JC, o nome de Luís Carlos Prestes para presidente de honra da ANL.

Porém, com a radicalidade crescente da ANL, o Governo de Getúlio a coloca na ilegalidade, desencadeando uma série de prisões e atos arbitrários por parte do Estado, como o fechamento de sedes de partidos políticos, prisões e espancamentos. Com o fracasso do Levante Comunista de novembro de 1935, se

instaura no país uma violenta caça aos comunistas, ocasionando o desmantelamento do Partido e das organizações a ele ligadas.

#### **IV**

#### **Os Jovens Comunistas criam a UNE**

Os jovens Comunistas passam a intensificar sua atuação no movimento estudantil, onde jogam papel fundamental para a criação da UNE, a União Nacional dos Estudantes, em dezembro de 1938. Um dos principais ativistas do movimento é o Jovem militante Irun Sant Anna (que, hoje, ainda continua militando no PCB), que contribui de maneira decisiva nas mobilizações, agitações e organização do Movimento estudantil na então capital da República, Rio de Janeiro.

Na década de 1940, a JC se encontra dispersa e não orgânica. O que se tem é a militância jovem do PCB atuando de maneira hegemônica no movimento estudantil, onde a UNE começa a ganhar espaço e, mesmo com forte repressão, os comunistas se destacam nas mobilizações pela entrada do Brasil na II Grande Guerra. Em 1943 o PCB realiza a Conferência da Mantiqueira, aprovando como eixo principal a luta pela restauração das liberdades democráticas com anistia para os presos políticos. Amplas mobilizações, integrando todo o conjunto da sociedade civil, dos Estudantes à intelectualidade progressista, e, em abril de 1945, finalmente o Estado recua e o PCB volta à legalidade, podendo assim atuar livremente na sociedade. Nas eleições de dezembro de 1945, o PCB consegue uma expressiva votação, em campanha que empolgou toda a sociedade.

O PCB, então, coloca novamente, como questão de "ordem do dia", a necessidade de reorganizar-se a Juventude Comunista, agora com um novo formato, como UJC, União da Juventude Comunista. Porém, o Partido Comunista teria uma curta trajetória na legalidade, já que foram caçados o Registro do PCB e todos os mandatos de seus deputados e de seu Senador, iniciando, dentro do governo Dutra, uma forte repressão e um grande sentimento Anti-Comunista. O Partido decide fechar a UJC.

#### **V**

#### **Um novo Começo**

Em 11 de Novembro de 1950, o jornal "Voz Operária" publica as resoluções do Comitê Central do PCB sobre a reorganização da União da Juventude Comunista, dentro da nova linha do PCB, caracterizada por uma forte guinada à esquerda. A UJC, ao mesmo tempo em que se ampliava em sua base, com uma proposta de se tornar uma organização de massas, se estreitava em sua linha política: "O Partido tem o dever de indicar aos milhões de jovens brasileiros o caminho de sua organização e de sua unidade na luta pela paz, pela libertação nacional, pela democracia popular e pelo socialismo", o documento chega a indicar uma caracterização de como deve ser a UJC, "A União da Juventude Comunista precisa ser uma ampla organização que abarque todos os jovens, moços e moças (...) que queiram lutar decididamente e aceitem a orientação do PCB. A UJC



deverá ser a organização revolucionária da juventude brasileira, o instrumento de sua formação política, cultural e moral, educando seus membros nos princípios da luta de classes e do Marxismo-Leninismo-Stalinismo".

O texto da resolução aponta a necessidade de a UJC atuar nos mais amplos movimentos da juventude, dando-lhes um corte de classes, e a necessidade de se organizar uma conferência de reorganização da UJC em nível nacional, onde a comissão nacional provisória da UJC se dissolveria.

A UJC que surge desta reorganização assume posturas nitidamente de confronto aberto contra a ordem burguesa, inclusive participando de confrontos armados no interior do País, onde se destacou a postura de seu presidente, o João sem Medo, como era conhecido o jovem João Saldanha.

A UJC, na década de 1950, teve importante intervenção nas campanhas da não participação brasileira na guerra da Coréia e do "Petróleo é Nosso". Em 1956, a UJC integrou a chapa que reconquista a UNE da mão da direita, onde estava desde 1950, podendo, novamente, conduzir uma série de políticas mais progressistas na entidade. Destacavam-se também os Jovens Comunistas na UBES e a atuação decisiva e fundamental dos jovens comunistas para a construção dos CPCs, Centros Populares de Cultura. No plano internacional, a UJC estava associada com a União Internacional dos Estudantes e na Federação Mundial da Juventude Democrática, da qual foi também fundadora.

Com a crise do movimento comunista internacional, decorrente das resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde Krushev faz duras críticas ao período da direção de Stálin na URSS e aplica uma série de mudanças internas naquele país. O PCB não fica de fora da crise e é atingido em cheio, principalmente em seu núcleo dirigente, onde se trava forte luta interna. Esta luta culminaria com a saída do Partido de vários dirigentes que adotariam uma linha de não autocrítica do período anterior e assumiriam uma postura sectária e dogmática ao fundarem em 1962 o PC do B. Na UJC, vários militantes saem e vão para o PC do B, atraídos pelo seu discurso então radicalizado e estreito. Mesmo com todos os problemas decorrentes da crise interna, a UJC consegue organizar o Seminário Internacional de Países Subdesenvolvidos, em 1963.

## **VI**

### **Início de uma Longa Noite**

O Golpe civil-militar de 1964 que depôs o governo Jango, instala no Brasil uma ditadura com clara postura anti Comunista, que contribui com uma dispersão dos militantes. Porém ainda assim, no ano seguinte se organiza o congresso da UNE, onde a UJC assume cargos na direção da entidade, que então estava na ilegalidade. O movimento estudantil assume papel de vital importância no combate à ditadura civil-militar, onde em parte desenvolve a política do PCB de enfrentar a ditadura com amplos movimentos de massas em mobilizações reivindicando a volta da legalidade democrática. Com o maior tensionamento com a ditadura,

diversos setores da juventude optam pela luta armada como forma de combate. Esta postura entrava em choque com a política do PCB e, portanto, da UJC, de combater a ditadura através das mobilizações de massa, o que acarreta novamente a saída de diversos militantes. O AI-5 viria para confirmar que a ditadura não estava disposta a ceder diante da radicalidade de segmentos da esquerda: ao contrário, a ditadura utilizava-se destas posturas para justificar o aumento da repressão.

Com a derrota dos segmentos armados da resistência à ditadura, esta volta sua atenção para o PCB, que era então responsável pelas maiores fissuras na ditadura, com amplas denúncias e passeatas que eram, de fato, as melhores formas de combatê-la. Desencadeia-se, assim, uma forte perseguição aos comunistas, 1/3 do Comitê Central do PCB é assassinado, assim como diversos militantes do Partido e muitos jovens da UJC, inclusive seu secretário geral, que foi "desaparecido" em 1975. Tal situação levou a UJC a praticamente deixar de existir, atuando mais em núcleos dispersos e com pouca funcionalidade. Mesmo assim Jovens Comunistas participaram do Encontro Nacional dos Estudantes que definiu pela reorganização da UNE.

## **VII Redemocratização e Crise**

Com a volta dos exilados e com a lei da anistia, o PCB organiza uma comissão incumbida de reorganizar a UJC, porém já se iniciava, então, a disputa interna que culminaria no "racha" de 1992. Diversos membros da comissão de reorganização da UJC foram substituídos, vários jovens saíram do PCB com Prestes e outros se afastaram do PCB diante das novas posturas adotadas pelo Partido, importadas do Euro-Comunismo, que levavam o PCB a uma clara postura de conciliação de classes. A UJC que ressurgue neste cenário em 1985, junto com a legalidade do PCB, porém com o discurso muito diluído e de fraca capacidade de mobilização, o que afastava, paulatinamente, a juventude mais aguerrida das fileiras da UJC.

O VII Congresso, em 1984 e o VIII Congresso em 1987, aprofundaram a linha conciliadora do PCB. Agravou-se a luta interna. A seqüência de acontecimentos que ocorreram no Leste Europeu no fatídico ano de 1989, e posteriormente com o próprio colapso da URSS, serviu para justificar uma suposta legitimação as posturas liquidacionistas dentro do PCB, que apontavam para a constituição uma nova organização, ideologicamente gelatinosa, que viria a ser o PPS. Porém é fundado o movimento nacional em defesa do PCB, que empolga e conta em suas fileiras com diversos militantes da juventude. É chamado, em caráter de extraordinário, o X Congresso, que ocorre de maneira confusa e não legítima, onde inclusive não-militantes puderam fazer uso do direito de voto. Retira-se do Congresso um expressivo número de militantes e delegados que durante o congresso, que denunciam as posturas liquidacionistas e antimarxistas dos que conduziam o congresso e organizam em outro local uma conferência nacional de reorganização do PCB, rompendo não apenas com as posturas liquidacionistas como com a política de conciliação operante no PCB nos anos de 1980.

Reorganizando-o, assim, de maneira revolucionária, sobre os pilares do Marxismo-Leninismo.

## **VIII Reorganização dos Comunistas**

Em Março de 1993 se realiza de fato o X Congresso do PCB, que aprova a reativação da UJC.

As teses para o X congresso do PCB afirmavam "Ter especial atenção com a formação dos jovens comunistas, com a ativa renovação revolucionária da UJC, como instrumento de atuação dos comunistas na juventude, (...) Este é o grande investimento do Partido em longo prazo, pois os jovens são os verdadeiros continuadores da história, tradições e lutas do Partido Comunista Brasileiro". As teses procuravam formular uma serie de bandeiras gerais para unificar a atuação da juventude.

Em 1994, no mês de Agosto, se dá o Congresso de reorganização da UJC no Rio de Janeiro, no Sindicato dos Médicos, onde é eleita uma diretoria nacional com o intuito de organizar a atuação da UJC nacionalmente. Na ocasião, é eleita como presidente da UJC a estudante e militante da UJC em São Paulo, Sofia Pádua Manzano. Nos anos seguintes a UJC volta a participar da UNE e procura desenvolver outras frentes de atuação. O mesmo quadro se manteria no XI Congresso.

Com a realização do XII Congresso do PCB, em 2000 foi aprovada uma resolução que permitia a ativação ou desativação da UJC nos Estados, conforme a prioridade de ação política e de organização do Partido em cada região. No Movimento Estudantil, os Jovens Comunistas atuavam através Movimento "A Hora é Essa, Ousar Lutar - Ousar Vencer". Este priorizou, em âmbito nacional, a atuação dentro da UBES e UNE. Mesmo assim, se mantém a UJC organizada em alguns estados.

As resoluções do XIII Congresso do PCB apontam para a reorganização em nível nacional da UJC, como frente orgânica ao PCB, com suas direções, ações em linha gerais referendados pelo Partido, constituindo assim uma renovada UJC, adaptada às novas demandas e exigências históricas.

Foi constituída uma comissão nacional provisória da UJC, que organizou até a presente data as atuações da organização em diversas frentes e ocasiões, enquanto preparava o Congresso de Reorganização da UJC. Hoje, a União da Juventude Comunista voltou a fazer parte da diretoria da UNE, após duas gestões fora da entidade, participando ativamente de seus fóruns e espaços, e voltou a participar da gestão da UBES. A UJC participa de várias UEEs pelo país e de diversos DCEs e CAs, porém ainda de maneira dispersa, com uma atuação não muito unificada.

A UJC desenvolve trabalho cultural em diversos estados, dialogando com todo o conjunto da juventude, e novamente com o jovem trabalhador, trabalho este ainda em estágio embrionário, mas de grande potencial. No âmbito internacional, reativamos as relações internacionais, após diversas investidas nos FSM, e por último no Festival Mundial da Juventude, em Caracas, Venezuela, com uma expressiva e atuante bancada, o que contribuiu para reativarmos contatos que hoje estão sendo trabalhados em grau mais aprofundado, priorizando os contatos com as JCs Latino-Americanas, e a FMJD.

A UJC, através de sua trajetória de quase 80 anos, mostrou a possibilidade de se organizar de maneira revolucionária a juventude brasileira. Mesmo cometendo erros e desvios em sua história, esteve presente em momentos marcantes das lutas da juventude, e em vários momentos, extrapolando as lutas juvenis e assumindo de coração as mais relevantes lutas do povo brasileiro, ao qual ligou seu nome e história, combatendo, abertamente ou nas trevas, sacrificando vidas jovens em prol da causa mais jovem, a causa do amanhã, do vir a ser, do COMUNISMO.

A UJC reativa-se na prática, diariamente, atraindo diversos jovens, que vêem na UJC, a possibilidade de contribuírem para uma transformação qualitativa da sociedade, potencializando o ser humano na construção não apenas da nova sociedade, mas também na construção do próprio novo homem.

“Ninguém sabe onde,  
Estão agora  
Não têm túmulo,  
Estão dispersos,  
Nas raízes da Pátria”  
(Pablo Neruda)

Raízes que hoje, novamente podem brotar...”

## **JUVENTUDE E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE**

A juventude é um segmento da sociedade, não uma classe social. Um segmento caracterizado por um período específico da vida do ser humano, em um determinado momento do desenvolvimento histórico e cultural. Este período corresponde ao tempo em que se completa a formação física, intelectual, social e cultural.

Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas específicas, não exclusivas, diferentes em relação a outros segmentos etários.

É um segmento que está inserido tanto na classe burguesa quanto na classe trabalhadora. Por possuir esta característica, a juventude não possui uma homogeneidade nos seus interesses comuns, não se identifica majoritariamente com o ideal revolucionário. Assim, os jovens acabam representando tanto os interesses da classe burguesa quanto os interesses da classe trabalhadora. Ainda assim, Ressalte-se que, como em qualquer recorte da sociedade, a juventude, hoje, reflete a hegemonia ideológica, os valores burgueses. Esta constatação, no entanto, reforça o entendimento de que a juventude é um espaço de disputa de hegemonia político-ideológica dos valores revolucionários, sendo assim, um campo fértil para a atuação da juventude comunista.

Compreender plenamente as características da juventude, sua diversidade interna, seus diferentes contornos, permite o desenvolvimento de ações, sem subestimar ou superestimar seus possíveis resultados práticos.

A lógica capitalista de dominação econômica agride a classe trabalhadora e a parcela mais pobre da juventude. Esta lógica traz consigo diversas conseqüências: a falta de acesso ao ensino de qualidade, seja superior ou médio; a falta de acesso à cultura/informação; o desemprego, e, em conseqüência, a ida ao mercado informal e etc.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2001), existem atualmente 30 milhões de jovens no Brasil. Os dados afirmam que cerca de 3,7 milhões de jovens estavam sem trabalho em 2001, representando 47% do total de desempregados do país.

Isto mostra o elevado número de jovens que são afetados pela reestruturação produtiva do capitalismo, que atinge também os jovens que trabalham. Alguns trabalham e estudam, e são obrigados a deixar os estudos em segundo plano, pois necessitam do salário. Isto pode se verificado pela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001), segundo a qual 21% dos jovens apenas estudam; 5% estudam e procuram emprego; 19% estudam e trabalham; 35% apenas trabalham; 6% não estudam e procuram emprego; e 14% não estudam, não trabalham e nem procuram emprego.

O salário pago aos jovens serve, na sua enorme maioria, para pagar os estudos (universidade ou escola) e, em muitas vezes, para complementar a renda da familiar. Como mostram os dados do IBGE (2001), em que 12,2% (4,2 milhões) vivem em famílias com renda per cápita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

Esses dados, recentes, são uma pequena amostra dos efeitos do capitalismo, agravados pelo resultado de uma década de política neoliberal. Uma política implementada no país pelos governos de Collor, Itamar, FHC e que se agravou no governo Lula. Uma política que ataca a classe trabalhadora e um número significativo da juventude brasileira, e que implementa a "ditadura do mercado" na sociedade.

A ideologia, isto é, a expressão ideal das relações materiais dominantes, mecanismo pelo qual a dominação de classe é naturalizada e os interesses das classes dominantes são velados e ultrageneralizados com interesses das classes dominadas, encontra, nos meios de comunicação e cultura de massas, instrumentos fundamentais para a manutenção e reprodução da hegemonia ideológica sobre a juventude. Assim, o individualismo e a passividade, propagandeado por esta ideologia, tornam-se importantes fatores para a não contestação e a não mobilização dos jovens na sociedade.

A classe dominante estimula a despolitização da juventude ao limitar sua ação à luta pela cidadania, uma luta que não tem como objetivo eliminar a contradição fundamental da sociedade capitalista: a existência de exploradores e explorados, mas sim de escamotear essa relação de produção.

Assim, a juventude deve unir forças para assumir seu papel na construção da revolução socialista, papel este que exige o conhecimento da realidade concreta, analisar a totalidade do sistema capitalista, criatividade para organizar e mobilizar as camadas médias e populares da juventude, no intuito de unificá-las às lutas dos trabalhadores, realizando todos os enfrentamentos político-ideológicos que se fizerem necessários.

A grande penetração das igrejas no seio da juventude se apresenta hoje como um fenômeno a ser investigado e aprofundado o debate, em busca da compreensão da adesão de parcelas grandes da juventude a idéias religiosas e suas respectivas visões de mundo. Assim como o chamado voluntarismo juvenil, que atrai diversos jovens à idéia de participação social através de ONGs.

## **ORGANIZAR OS JOVENS COMUNISTAS**

Os comunistas entendem que a transformação qualitativa da sociedade passa necessariamente pela Revolução Socialista, que não se dará de forma natural, mas através de lutas, em que nós sejamos sujeitos do processo. Assim, a juventude deve realizar a sua luta numa perspectiva de transformação revolucionária.

Os comunistas intervêm na sociedade a partir de sua análise concreta. Nós entendemos a sociedade dividida em duas classes antagônicas: a classe burguesa e a classe proletária, classes definidas e demarcadas pela sua relação de propriedade, onde uma desfruta de vantagens materiais, como a propriedade privada (classe burguesa) e a outra é obrigada a vender a sua força de trabalho para sustentar-se no sistema (classe trabalhadora).

Os comunistas sempre lutaram, e lutam, pela superação do atual ordem social. Lutam para alcançar os interesses e objetivos da classe proletária. Uma luta que se materializa na construção da Revolução Socialista. Uma revolução que deve

possuir um acúmulo de forças que abrirá caminho para a ruptura qualitativa com o sistema capitalista. Esse acúmulo de forças deve ser construído com os trabalhadores do campo e da cidade, formando assim o bloco histórico que irá disputar a hegemonia na sociedade.

Entre os diversos setores da sociedade está à juventude, um setor disperso que possui um papel importante na sociedade. Assim, os comunistas entendem que é necessário organizar os jovens com o objetivo de intervir e transformar revolucionariamente a sociedade. Nesse sentido, a União da Juventude Comunista (UJC) se materializa como um instrumento de intervenção dos jovens comunistas.

A UJC será um espaço de debate franco e democrático, onde a unidade na ação deve sempre nos guiar. Assim, a nossa política terá êxito entre os jovens, pois sem uma ação unitária, a nossa política, e assim a nossa organização, estarão sendo enfraquecidas. E esse enfraquecimento fortalece apenas a classe dominante.

A UJC atuará em três frentes de disputa hegemônica: movimento estudantil, movimento cultural e jovens trabalhadores. A atuação da UJC nas diferentes frentes de massa – como movimento comunitário, luta no campo e movimento negro – se dará através de frações e GT's. À Coordenação Nacional da UJC, e às Coordenações Estaduais caberão a coordenação destas frações e sua ligação com as frentes de trabalho prioritárias – estudantil, jovens trabalhadores e cultura. A Coordenação Nacional deve trabalhar para criar uma secretaria de movimentos populares, de caráter não permanente.

A formação política é muito importante no processo revolucionário. Para podermos analisar a realidade concreta em que vivemos e quais as nossas ações é fundamental termos em mão um corpo teórico de referência. E a referência da UJC é o marxismo-leninismo. Marx e Lênin nos dão a base para entendermos a formação social, cultural, política e econômica da sociedade formada pelo capitalismo. A UJC deve possuir uma política de formação, onde os grandes teóricos do marxismo possam ser debatidos, e assim formar quadros que possam intervir qualitativamente na luta política.

A UJC deve possuir uma política de finanças própria. Uma política de finanças envolve toda a realização das tarefas como confecção de materiais (bandeiras, jornais, panfletos, camisas e etc), realização de ativos nacionais e estaduais e outras atividades. Uma política de finanças passa pela contribuição de cada militante com a organização.

A UJC deve possuir uma política de comunicação, onde os nossos materiais poderão ser divulgados amplamente. Assim, a nossa política e as nossas formulações chegarão ao maior número de jovens. Assim, é importante possuímos materiais de divulgação, sejam jornais ou informativos (eletrônicos ou não), para que possamos apresentar as nossas propostas e atividades.

Através desses mecanismos de organização, a UJC será um instrumento político eficaz. E, assim, garantirá a aplicação de seu programa.

Os jovens brasileiros encontrarão na UJC um instrumento fundamental na luta contra a exploração do capitalismo e pelo socialismo. Uma juventude que construirá a luta pela hegemonia socialista na sociedade, atuando na perspectiva de superação da atual ordem social.

## **JOVENS TRABALHADORES E MUNDO DO TRABALHO**

O caráter fundamental da atual fase de desenvolvimento do capitalismo, inaugurada mundialmente a partir da década de 1970, constitui-se por um modelo de acumulação de capital assentado sobre a hegemonia da internacionalização das altas finanças, da especulação financeira e da reestruturação do processo de produção de mercadorias. Aceleraram-se a centralização e a concentração do capital: a desnacionalização, privatização, fusões e aquisições de empresas, em diversos setores da atividade econômica, expressam alterações substanciais na estrutura da propriedade capitalista dos meios de produção no espaço mundial.

A reestruturação produtiva desencadeia um processo de transformações no mundo do trabalho que resulta em crescimento das taxas de desemprego, precarização das relações de trabalho, queda na taxa de salários e aumento da exploração.

A ampliação da capacidade produtiva e da produtividade, devido à incorporação do progresso técnico, associa-se ao enxugamento da capacidade de consumo. A automação crescente rompe com o antigo padrão tecnológico taylorista-fordista e o substitui pelo toyotismo e as “técnicas de produção flexíveis”. Aumenta a composição orgânica do capital, em um processo crescente de substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, aplica-se à produção mais capital fixo do que mão-de-obra. Nesta etapa de desenvolvimento, o capitalismo apresenta-se como um sistema destruidor de força de trabalho.

O desemprego sempre foi um fator estrutural no sistema capitalista, tendo sido remediado, em alguns contextos, pela aplicação de políticas keynesianas de crescimento visando ao pleno emprego. Grande parte da massa de assalariados é afastada do mercado de trabalho em virtude da incorporação do progresso técnico. Para os trabalhadores que permanecem ligados ao mercado, a precarização e a flexibilização das relações de trabalho viram as regras. O exército industrial de reserva cresce e chega a um expressivo contingente, o que provoca a redução do valor da força trabalho e a queda da taxa de salários, pauperizando a classe trabalhadora apesar do aumento da produtividade. A elevação da composição orgânica do capital altera a dinâmica de acumulação, na medida em que é diminuída a base de extração de mais-valia – o capital variável –



o que comprime as taxas de lucro. Assim, os capitalistas procuram compensar a redução das taxas de lucro por meio da aplicação de seus capitais fora da esfera da produção.

Em países capitalistas periféricos, como o Brasil, as conseqüências da reestruturação produtiva e das transformações do mundo do trabalho foram agravadas ainda mais com a introdução do neoliberalismo e das políticas econômicas recessivas do Consenso de Washington. Durante toda a década de 1990, além da enorme quantidade de força de trabalho dispensada pela modernização e automação da produção, a recessão, o desmonte do Estado e das políticas sociais e a flexibilização dos direitos do trabalho contribuíram sobremaneira para elevar o desemprego e a precarização.

Neste contexto, os jovens brasileiros com idade entre 16 e 24 anos representam uma camada significativa da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra excluída do mercado de trabalho, engrossando o exército de reserva. Os relatórios mais recentes do IBGE sobre dados gerais de trabalho e rendimento (PNAD e Síntese dos Indicadores Sociais) apontam que a taxa de desemprego entre a juventude atinge praticamente o dobro da taxa de desemprego de toda a população. Há cerca de 3,5 milhões de homens e mulheres jovens desempregados, isto é, 45% do total de 7,7 milhões de desempregados em todo o país.

Em novembro de 2005, o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) publicou um relatório intitulado Juventude brasileira e democracia, que traz indicadores importantes sobre a realidade social da juventude, em amostra coletada nas oito principais regiões metropolitanas do país. Os resultados são contundentes: depois da violência urbana, o desemprego e a falta de oportunidades são as maiores preocupações dos jovens. Em um total de 8000 entrevistados, 60,7% declararam não estar trabalhando. Destes, 62,9% estavam procurando ocupação em algum posto de trabalho.

Os jovens inseridos no mercado de trabalho enfrentam diversas dificuldades, além das quais já fazem parte do cotidiano do proletariado: falta de tempo para escolarização, instabilidade nos empregos do setor privado, a precarização e etc. O assalariamento sem registro em carteira acaba sendo uma dura realidade para os que não possuem alternativas para sobrevivência.

A UJC deverá atuar com a juventude em Escolas Técnicas e Universidades, públicas ou privadas, principalmente nos cursos noturnos, pois é o horário em que concentra o maior número de estudantes trabalhadores.

O objetivo principal desta inserção consiste na formação de bases que reverta na organização da UJC. As associações de bairro, os movimentos populares como o MPL, o MTD e outros movimentos e expressões dos chamados “setores excluídos” também podem constituir campos importantes para inserção da UJC, considerando que a maior parte dos jovens proletários está desempregada.

Além de atrair os jovens trabalhadores do PCB para colaborar na construção de uma plataforma de políticas para a juventude, a UJC deve segmentar a sua tática em duas frentes: o jovem desempregado e o jovem empregado. No que diz respeito ao jovem desempregado, nossa luta deve ser por políticas de dinamização do crescimento econômico e por uma política nacional de pleno emprego que permita a inclusão da enorme massa de desempregados ao regime de assalariamento com registro em carteira, para que se garanta os direitos do trabalho. Em relação aos jovens empregados, a tática da UJC deverá encampar as lutas gerais da Unidade Classista, isto é, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, por uma política de salários que amplie a participação dos rendimentos do fator trabalho na renda nacional, pela institucionalização do salário mínimo necessário pesquisado pelo DIEESE, contra a precarização, a flexibilização e a reforma sindical e da legislação do trabalho do governo Lula. Do ponto de vista específico, a UJC deve contribuir para a inserção da juventude trabalhadora na luta de classes via sindicalização. É também urgente que este setor da UJC abra o debate sobre a construção de uma nova alternativa sindical, classista e revolucionária, para o proletariado brasileiro.

## **A JUVENTUDE E A EDUCAÇÃO**

A Educação é um elemento importante para o funcionamento do sistema capitalista. As escolas e as universidades servem de instrumento hegemônico da classe dominante.

A política governamental brasileira tem-se caracterizado, notadamente nos últimos anos, pela combinação do progressivo abandono do caráter público da educação e adoção de uma política e de mecanismos privatizante que combinaram no estímulo à expansão do ensino privado. Isto, obviamente, faz parte da política neoliberal, seguindo a cartilha do "Consenso de Washington".

### **Universidade**

Ocorre, hoje em dia, um processo de sucateamento e privatização da universidade pública no país. Ano após ano, rebaixam-se os investimentos no ensino superior público e aumenta o processo de adequação de critérios de mercado e lucratividade aos objetivos da educação pública.

A situação da universidade pública é consequência direta da omissão do Estado, que aplica, também na educação, o receituário neoliberal. A omissão acontece no não estabelecimento de normas para o ensino superior e na ausência de controle de sua qualidade, o que favorece de forma definitiva o processo de privatização. Um exemplo desta política é a criação de fundações privadas nas universidades públicas.

Estes fatores atingem a todos os alunos que estudam em instituições públicas (sejam federais ou estaduais). O resultado é que a assistência estudantil fica em segundo plano, aumentando o “elitismo” e impedindo a permanência de estudantes oriundos das camadas populares nas universidades.

A assistência estudantil é um conjunto de medidas associadas que visam oferecer condições para a permanência dos estudantes durante a realização do curso. Para tal deve compreender diferentes formas de assistência, como bolsas, moradia, restaurante universitário, transporte, creche e assistência médico-odontológica.

Outro fator importante para analisarmos é o financiamento das universidades. Segundo o artigo 212 da Constituição Federal, 18% das receitas da União devem ser aplicadas em educação. Mas os governos utilizam essa porcentagem para alimentar a expansão do ensino privado. Por exemplo, o anteprojeto de Reforma Universitária do Governo Lula busca garantir 75% desses recursos para as Instituições Públicas. Os outros 25% restantes seriam para financiar o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e o FIES (Financiamento Estudantil), uma clara injeção de recursos públicos no ensino privado.

De acordo com dados do MEC/Inep de 2004, o número de instituições privadas hoje existentes é de 2.040, sendo que, em 1980, era de 39. No que diz respeito às instituições públicas, o número passou de 46 (1980) para 224 (2004). Assim, observamos que houve, nas últimas décadas, uma enorme expansão das instituições privadas de ensino (universidades, faculdades, centros universitários, escolas e etc).

Esta expansão está estreitamente relacionada à atual situação das universidades públicas, uma vez que o crescimento das IPES (Instituições Privadas de Ensino Superior) ocorre, principalmente, através da renúncia fiscal por parte das mantenedoras, uma renúncia oferecida pelos governos federais como incentivo à “democratização do ensino”. Com esta renúncia, os recursos destinados ao ensino público ficam comprometidos.

As IPES entendem a educação como mercadoria. Isto explica, em parte, o reduzido número de projetos de pesquisas existentes nestas instituições. Os dados do MEC/SESU mostram que a rede particular, mesmo abrangendo cerca de  $\frac{3}{4}$  do número de matrículas, contribui com apenas cerca de 2% da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. A formação dos alunos é para o “mercado de trabalho”, para prestar serviços a empresas privadas somente. A formação intelectual dos estudantes, voltada para as necessidades da população em geral, é completamente ignorada.

A falta de conselhos superiores, na maioria das IPES, reflete o ambiente antidemocrático que permeia essas instituições. Os estudantes sofrem com o aumento abusivo das mensalidades e não possuem nenhum órgão aonde possam

reivindicar o não-aumento. Isto obriga muitos a trancarem ou cancelarem suas matrículas.

### **Ensino Médio**

Em todos os estados do país faltam vagas no ensino médio público e, em quase todo o país, a situação não é diferente no ensino fundamental.

O ensino privado não pode ser a principal rede escolar, principalmente, a partir da aplicação de recursos públicos nas escolas particulares, através de Créditos Educativos e Bolsas de Estudo pagos por prefeituras e governos estaduais.

É importante entendermos que o ensino técnico como uma formação abrangente maior do que possui hoje em dia. Pois, o papel desse ensino é oferecer uma formação profissional e educacional. Atualmente, é inadmissível, que o ensino técnico continue a ser um espaço onde a mão-de-obra é nivelada “por baixo”.

A situação do ensino médio e fundamental em muito se assemelha ao ensino superior. Isto pode ser verificado no que tange à questão do financiamento e da permanência do estudante. No financiamento, verificamos, assim como no ensino superior, uma transferência de recursos públicos com objetivo de alimentar o ensino privado através de renúncia fiscal, o que aumenta o sucateamento das escolas e dificulta a permanência do estudante.

### **MOVIMENTO ESTUDANTIL**

A característica determinante do movimento estudantil (ME), enquanto movimento político, é a organização pelo local de estudo, ou seja, os cursos, as faculdades e as universidades. Dessa maneira, nos diferenciamos de outros movimentos sociais pela transitoriedade dos membros do nosso movimento. Enquanto alguém trabalha ou reside num mesmo lugar por mais de 10 anos, os estudantes permanecem, em média, 4 ou 5 anos na universidade. Assim, vários militantes estudantis atingem a maturidade quando estão no período de conclusão de seus cursos.

O fato dos estudantes não formarem uma classe social, mas um segmento composto por pessoas oriundas das classes existentes na sociedade, interfere nas motivações e na nossa forma de “fazer política”. Ignorar essa característica e “importar” do movimento operário determinadas visões é um enorme equívoco, pois despreza as condições materiais objetivas e o estágio real e amadurecimento político do movimento estudantil.

A composição policlassista do ME e as funções dos estudantes e das instituições de ensino na sociedade capitalista não nos colocam no campo da luta entre burguesia e proletariado. A contribuição do ME para a transformação social

ocorre, principalmente, na esfera ideológica, na batalha de idéias, no surgimento de novos valores e na formação da contra-hegemonia.

Entendemos o movimento estudantil enquanto um movimento de massas, rejeitando tanto a visão de que o ME compõe uma imaginária vanguarda revolucionária, como a percepção de que o nosso movimento deve se ocupar apenas das questões mais imediatas e corporativas, como se nós estudantes e nossos locais de estudo não sofrêssemos com as ações políticas e econômicas que são aplicadas na sociedade.

### **NOSSA ATUAÇÃO E O MOVIMENTO “A HORA É ESSA!”**

Atualmente, o movimento estudantil (ME) atravessa uma grave crise. É bem verdade que parte desta crise deve-se à ofensiva ideológica do capital nos movimentos sociais, colocando-os numa postura defensiva e reativa. Porém, esta crise também assume características de uma crise de representatividade.

A crise acontece por uma prática política que não envolve o conjunto dos estudantes, distanciando-se de sua base. Os espaços de debates, na sua maioria, são reduzidos, tornando a participação dos estudantes muito limitada.

Assim, o ME não vem conseguindo atender às grandes reivindicações estudantis, abandonando o seu papel de aglutinador, um papel que exige a busca por uma profunda mudança nas estruturas educacionais, organizando e mobilizando os estudantes. Um papel que cumpria em tempos anteriores, mas que, com passar do tempo vem abandonando.

Nesta frente, a UJC possui a tarefa de reverter esse quadro do ME. Uma tarefa que exige dos comunistas resgatar o papel do ME, unificando os estudantes em lutas políticas que combinem questões específicas e gerais.

Para realizarmos esta tarefa é importante participarmos de entidades estudantis. Elas cumprem o papel de organizar e mobilizar os estudantes nas escolas e nas universidades.

Dentro do universo das entidades existem as entidades de base e as entidades gerais. Entendemos como entidades de base os Grêmios, os Centros Acadêmicos (CA's) e os Diretórios Acadêmicos (DA's). São entidades gerais o Diretório Central dos Estudantes (DCE), as entidades estadual-municipais, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Assim, UJC deve disputar todos os espaços do ME, priorizando a sua atuação nas entidades de base. Com isso, estaremos em contato mais direto com o conjunto dos estudantes, logo o nosso trabalho será fruto de um envolvimento “real” com a base nas escolas e nas universidades. A nossa participação em entidades gerais deve ser fruto de um trabalho anterior nas bases do movimento.

A UJC reconhece a UNE e UBES como entidades representativas dos estudantes. Mas entendemos que estas entidades refletem e potencializam a crise do ME. O campo majoritário das duas entidades vem, com o passar dos anos, aplicando uma política de distanciamento das bases e de perda da sua autonomia, vinculando-se em muito a ação institucional.

Como resposta a essa política antidemocrática, conciliadora e conservadora, os setores da esquerda devem organizar-se com o objetivo de construir uma frente ampla de oposição nas duas entidades. Uma frente que trabalhe em torno de bandeiras unificadoras, com o objetivo de disputar a hegemonia política na entidade. Uma frente ampla que respeite a autonomia de setores nela inseridos, e que, portanto, não seja orgânica. Assim, a esquerda lutará para reafirmar todas as reivindicações estudantis que a UNE e a UBES vêm abandonando.

A UJC deve, também, trabalhar pela manutenção da unidade e unicidade do ME. Este trabalho exige que a UJC lute contra o divisionismo que apenas enfraquece o movimento.

O divisionismo é praticado por diversos setores da esquerda. Com isso, a nossa luta deve ser contra a prática dos que se reivindicam “a vanguarda revolucionária do movimento”, aglutinados na CONLUTE. E contra, também, a prática dos que estão concentrados no campo majoritário da UNE e UBES, que vêm adotando uma postura antidemocrática no movimento.

A UJC deve atuar no ME através do movimento “A Hora É Essa! Ousar Lutar, Ousar Vencer!”. Um movimento que engloba tanto militantes da UJC como não-militantes, mas que concordam, contribuem e identificam-se com “A Hora É Essa!”.

A nossa atuação deve pautar-se em torno de bandeiras e propostas que defendam a educação pública, de qualidade e gratuita; contra a lógica mercantil do ensino e pela regulamentação do ensino privado; pela expansão contínua das vagas nas IFES, visando à universalização do ensino e pelo fim do vestibular; por políticas sólidas de assistência estudantil; pelo fim do FIES e pelo passe-livre tanto para o universitário quanto para o secundarista.

Para formular e planejar nossa tática no ME, a UJC deve realizar, até o final do ano de 2007, um ativo nacional.

## **A JUVENTUDE E A CULTURA**

(Texto aprovado como contribuição inicial para a discussão do tema pela UJC)

Dentro da lógica teórica do marxismo, em seus fundadores, somente há a existência de uma ciência unitária, a ciência da história. Ela consegue conceber o

complexo do desenvolvimento histórico, da natureza, da sociedade e do pensamento como um único processo em suas leis gerais, e particularidades de cada época e suas condições históricas próprias. Isto nos leva à conclusão de que os ramos do conhecimento humano, as ciências, a filosofia, a arte etc, por mais que guardem em seu interior um processo dialético de desenvolvimento próprio, esse desenvolvimento não pode ser concebido de maneira autônoma em relação à base de produção econômica.

Compreendendo, portanto, que não podemos fazer uma análise do processo de produção cultural fora do processo histórico social, desligado de seu desenvolvimento, seria artificial e equivocado, invocar a cultura como meramente um campo abstrato que flutua sobre a civilização humana, sendo, portanto, livre de influências de suas contradições. É necessária a compreensão de que o homem reproduz esteticamente o mundo através de sua consciência, onde exercem influência condicionante os valores apreendidos pelo indivíduo ao longo de seu processo de formação social, os valores, os conceitos estéticos e morais, ou seja, a influência direta da sociedade à qual ele está integrado: a velha, porém, sempre atual conclusão de Marx e Engels, segundo a qual os valores de cada época reproduzem os valores da classe dominante da época em questão. Porém, essa afirmação justificou diversas aberrações e deformações ao se aplicar de maneira mecânica e deslocada da realidade objetiva.

Uma análise materialista-dialética não pode permitir desvios mecanicistas do marxismo. É importante constatar que o fato de que o campo artístico cultural está no plano da superestrutura não significa uma relação simples de causa e efeito, mas sim um complexo de relações e interações entre a base e a superestrutura, onde somente em última instância o modo de produção condiciona a superestrutura.

Ou seja, não podemos enxergar o processo cultural de uma sociedade como mero elemento passivo do processo histórico, mas entendê-lo como parte importante da disputa por hegemonia nas sociedades em seu desenvolvimento.

A divisão social do trabalho é um modo pelo o qual o capitalismo utiliza-se para pulverizar a realidade em esferas de produção, onde se tenta construir a lógica de esferas independentes sem ligações e relações. Com isso, o capitalismo destrói a compreensão da totalidade em prol de especializações e especificações, que de fato reproduzem um abstratismo idealizado de organização da sociedade. Assim, o modo de produção capitalista, interfere diretamente, na compreensão de que o homem possui de sua realidade, além de excluir da produção artístico-cultural grande parte da população, envolvida na produção do sistema capitalista.

Portanto, as atividades no campo cultural gozam de uma limitada, porém, não insignificante esfera de disputa, o que justifica uma atenção por parte das organizações marxistas a esta disputa. Há, no campo cultural, não uma unidade monolítica, mas sim, como apontou Lênin, a existência em uma mesma sociedade de não apenas a cultura dominante, a cultura burguesa, mas também elementos

de uma cultura progressista. Essa cultura se manifesta muitas vezes como respostas à ofensiva ideológica burguesa, porém essa resposta vem, em geral, de maneira dispersa e pouco eficiente, ou como produções vanguardistas, afastadas das camadas populares e do proletariado, surgindo em muitos casos como experiências laboratoriais. Tal formulação foi posteriormente desenvolvida por Gramsci no seu livro “Literatura e vida Nacional”, onde identificou que “um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário é rico em contradições”, ao se referir às disputas no plano artístico-cultural.

Uma outra questão a ser levantada, é de que não podemos limitar nossa compreensão sobre cultura, apenas no que diz respeito à expressão artística. Devemos considerar o conjunto de relações e interações que se operam na sociedade e nos indivíduos, no plano superestrutural.

A UJC, como organização de jovens e comunistas, ao se inserir neste debate, sobre o movimento cultural, não pode reproduzir uma série de preconceitos que percorreram o histórico deste debate no interior dos movimentos comunistas. Historicamente poucos foram às formulações que avançaram na compreensão desta esfera tentando localizá-la no conjunto da atividade social. Parte dos “problemas” relacionados a este debate foi o fato de que, ao se constatar a dificuldade de acesso à produção e reprodução da cultura, colocando a cultura em sua produção mais complexa como algo de serventia somente para a burguesia, e, portanto algo a ser tratado com desdém pelo conjunto da classe trabalhadora. Este distanciamento por parte dos comunistas do debate acerca da produção cultural contribuiu em muito para uma cada vez maior monopolização por parte das forças retrógradas das formulações sobre a cultura. Tal postura excluiu a esfera cultural da disputa por hegemonia, pois não reconhecia não só as contradições inerentes à cultura, como a possibilidade de se trabalhar os elementos progressistas e criar um movimento cultural que atendesse aos anseios da classe proletária.

A amplitude do contexto cultural brasileiro é claramente popular porque integra o Brasil de ponta a ponta. No entanto, os interesses aos quais esta integração serve são marcadamente antipopulares e conservadores. Dá-se então um campo aberto para a disputa de idéias que requer ação política no sentido de afirmação dos interesses populares.

No atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, é impossível dissociar-se a questão cultural de sua reprodução e propagação, dos meios de comunicação de massa. Também é difícil não notar o papel poderoso e condicionante destes meios de reprodução de valores e costumes burgueses. O resultado deste esquema é claramente o rebaixamento da produção e consumo cultural pelas classes subalternas na sociedade brasileira, bem como a supremacia do grande capital no controle e na veiculação dos bens culturais de massas.



As implicações desta combinação decorrem em fatores como: 1- a padronização cultural num território marcado pela diversidade cultural em escala equivalente a extensão do Brasil; 2- a maioria da população assume-se como mero espectador ou consumidor, meramente passivo dos produtos rebaixados da cultura de massa, veiculados na grande mídia.

A estas constatações se abre um novo debate, sobre o caráter da cultura de massa. Que diversas organizações de cunho de esquerda, assumindo nitidamente uma postura demagoga, apontando um rebaixamento na formulação e produção cultural, defendendo tudo e todos os elementos de uma pretensa cultura de massas. Na verdade, estamos diante de cultura, não de massas, mas para as massas.

Diante de um desenvolvimento do capitalismo, que aprimorou o domínio de classes, desde seu início enquanto sistema, procurando retirar das praças e isolar a produção artística dentro de teatros e casas de show fechadas, o que facilitaria o controle e o domínio sobre a produção cultural, ditando o oficial e excluindo para as margens da sociedade o que não era aceitável e permitido. Porém, diante de um nítido avanço da classe do proletariado no século XX, a burguesia passa a utilizar uma nova tática, a de cooptação cultural, como mecanismo de controlar todos os aspectos e formas de cultura. O que determinadas forças chamam de cultura de massas, não passa da cultura, produzida pelas classes dominantes, veiculadas por elas para chegar às camadas populares como algo produzido em seu seio, mas cumprindo o papel de alienar e adestrar a sociedade.

A fim de inserirem-se ativamente na disputa ideológica na sociedade através da produção e das manifestações culturais, as forças comprometidas com a transformação social devem formular uma política de cunho democratizante dos meios de comunicação. Repensar suas pautas não significa escolher tal e qual programa do canal de TV ou da estação de rádio. Muito menos significa interferir nos seus rumos votando neste ou naquele candidato aos 15 minutos de fama da cultura de massas.

A chamada democratização da comunicação de massa faz parte de uma estratégia socialista, na medida em que ela faz parte da luta política de interesse histórico aos trabalhadores.

É preciso formular uma política cultural que se oponha veementemente à reprodução dos valores dominantes e que revitalizem a identidade e unidade de classe entre os oprimidos pelo capitalismo.

Por tal devemos lutar por uma nova cultura e não por uma nova arte. Voltando à Lênin, a nova cultura não será produto de um laboratório, feita isolada da realidade e suas contradições, não podemos lutar pela criação de novos artistas, pois estes não se constituem de maneira abstrata sem reproduzir as contradições da sociedade. Como afirmou Gramsci “devemos falar da luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente

ligada a uma nova intuição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e ver a realidade e, conseqüentemente, um mundo intimamente relacionado com os artistas possíveis e com as obras de arte possíveis”.

Por isso, devemos estimular ao movimento cultural por todo o país, abarcando grandes massas da população brasileira, sobretudo os jovens que, na sua maioria estão mais diretamente ligados ao processo inicial da formação do artista e do profissional da cultura. Devemos organizar o movimento jovem cultural através de um centro cultural, onde unifique não somente artistas jovens, como também, novos produtores culturais comprometidos com a transformação qualitativa da sociedade e também, os jovens trabalhadores, unificando a luta por uma nova cultura.

Propomos assim, a organização até o fim do primeiro semestre de 2007, de um seminário de juventude e cultura, para discutir, aprofundar e formular uma série de políticas de intervenção na esfera cultural, além de iniciar um debate teórico acerca da cultura, suas características e seu papel na sociedade. O Seminário deverá ser subsidiado por texto-guia elaborado pela coordenação nacional que deverá ser enviado para os Estaduais. Devemos assim no seminário de cultura iniciar uma discussão sobre a possibilidade de criar um centro de cultura (Centro Cultural Mário Lago), que unifique os jovens trabalhadores e os jovens do movimento cultural, para centrar a luta da UJC no movimento cultural, entendendo a cultura em suas diversas manifestações e formas, relações e interações, em um movimento que não se limite a expressão artística.

## **RELAÇÃO DA UJC COM O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)**

A UJC é uma frente de massa organicamente ligada ao PCB. A UJC possui uma identidade política e ideológica com o Partido. é uma organização de militantes que reúne jovens do PCB e independentes, recrutados com critérios ideológicos e de atuação política, com potencial de formarem-se quadros.

A UJC adota as linhas gerais do PCB, entendendo por linhas gerais:

- a construção da Revolução Socialista, apontando para a conquista da hegemonia socialista e do poder público por meio de um amplo movimento de massas, construído sob a hegemonia do bloco histórico;
- a luta contra o imperialismo, prestando solidariedade a todos os povos oprimidos pela hegemonia liberal;
- a formação da Frente de Esquerda, composto por partidos, organizações, movimentos e personalidades, com o papel de reaglutinar o movimento operário e popular, em torno de bandeiras gerais e específicas;

- a construção do Poder Popular, com a tarefa de unificar o bloco dos trabalhadores rumo à tomada do poder do Estado;
- a luta por uma Reforma Agrária que institui a propriedade coletiva, com controle estatal, no campo;
- a luta por uma Educação pública e gratuita, em todos os níveis, que atenda a toda a população;
- a luta por uma Saúde pública e gratuita;
- o rompimento com a submissão ao FMI e o não pagamento da dívida externa;
- a luta pela revisão das privatizações com a reestatização das principais empresas;
- a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário;
- a luta pela democratização da comunicação;
- Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários;

A UJC possui autonomia relativa em relação ao PCB. Esta autonomia dá-se através da formulação e aplicação de políticas específicas da juventude. Assim, a UJC cumprirá a tarefa de organizar os jovens comunistas.

A UJC terá a sua estrutura orgânica, iniciativa e atividades próprias. Possuirão uma coordenação nacional, coordenações estadual-municipais, núcleos estudantis, núcleos de jovens trabalhadores e núcleos culturais, assim como possuirá um Estatuto próprio.

#### Cooperação e identidade político-ideológica

A UJC possui duas relações com o partido: uma relação político-ideológica e uma relação de cooperação.

A relação político-ideológica baseia-se na análise que apenas a revolução socialista poderá dar fim ao sistema de exploração que o capitalismo nos impõe. De que devemos construir em conjunto com os jovens e trabalhadores do campo e da cidade, um bloco que conquiste e realize a hegemonia socialista na sociedade. Assim, a UJC e o PCB entendem que é fundamental a construção do Poder Popular como materialização dessa disputa hegemônica.

As relações de cooperação baseiam-se na fraterna troca de experiência e formulação. Essa relação de cooperação favorece e enriquece ambas as partes, a UJC não se caracterizará como uma fase de militância, ou seja, não será uma espécie de estágio do Partido. A troca de experiências traz consigo um avanço na política estudada e aplicada, e também, na melhor maneira de organizar-se diante de demandas específicas ou gerais. A troca de formulações não apenas enriquece, mas amadurece ambas as partes. A troca constante de análises potencializa o caráter formulador da UJC.

## **INTERNACIONAL**

Os dramáticos retrocessos sociais das últimas décadas – manifestos na agudização da fome, da miséria, do desemprego e da degradação do nível de vida dos povos – mostram que o desenvolvimento do capitalismo é incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores e dos jovens. Pelo contrário, como resultado do aprofundamento da crise estrutural do sistema e da reação que a segue, direitos e reformas conquistados no passado estão sendo destruídos pelas políticas neoliberais.

Dentre as principais decorrências do projeto neoliberal estão a globalização da economia (nos planos comercial, financeiro e produtivo), o crescente desemprego, o acirramento da competição no plano mundial, a aceleração do processo de concentração e centralização do capital, com a formação de grandes empresas mundiais conglomeradas.

A hegemonia (ideológica, política e econômica) que o atual sistema neoliberal possui não impede que tal modelo apresente um ciclo de crises. Pois é contínua e crescente a concentração de capitais.

Aumentam as dificuldades para o escoamento da produção capitalista, pondo em xeque a reprodução do capital por parcelas crescentes da burguesia globalizada.

Apesar desses elementos não podemos esquecer, nem subestimar, a elasticidade do capitalismo e sua capacidade de recuperar-se de crises. A derrota do capitalismo não é uma simples inevitabilidade histórica, mas uma grandiosa tarefa que nos cabe.

O atual quadro internacional resulta dos elementos anteriormente expostos, pautados pelo recrudescimento do imperialismo e pelo aumento da competição, cada vez mais predatória, por controle de mercados, onde se busca eliminar qualquer tipo de resistência aos preceitos do “mercado”.

É nesse contexto que está inserido o crescimento das agressões imperialistas, visando o domínio de mercados, o acesso a matérias-primas e o controle de territórios estratégicos. Como exemplos, podemos citar as ações no Afeganistão

(2001) e no Iraque (2002). Nesses casos as forças invasoras, além da violência contra os povos, promoveram o fim da soberania desses países, ditando as orientações políticas e econômicas. Também difundem bases militares permanentes (dos EUA e da OTAN), para garantir o controle sobre essas regiões.

Em abril, deputados franceses, sob pressão popular recuaram da lei do Contrato do Primeiro Emprego (CPE), após a decisão do presidente Chirac de suspender o projeto visando encerrar a forte mobilização contra o contrato.

Destinado aos jovens com menos de 26 anos, o CPE abria a possibilidade de o empregador demitir o jovem funcionário, dentro de um período de dois anos de experiência, sem ter que explicar a decisão.

Apoiados pelos partidos de esquerda (em especial, PCF e PS), as organizações juvenis, as entidades estudantis e os sindicatos realizaram manifestações com a participação de 500 mil a 3 milhões de pessoas. E possui o claro sentido de preservar os direitos trabalhistas. Devido a esse “confronto aberto” que os jovens conseguiram barrar esta medida neoliberal do governo de Chirac/Villepin.

No Oriente Médio, Israel é a ponta-de-lança de tal política. É necessária a formação de um Estado Palestino livre, laico e soberano, que garanta a autodeterminação de seu povo. Aumenta a necessidade de campanhas antiimperialistas no mundo, fortalecendo a solidariedade com afegãos, iraquianos e palestinos.

Mesmo sofrendo uma forte pressão por uma abertura maior do seu mercado, cresce o papel da China na atual conjuntura como contraponto ao unilateralismo dos EUA. O crescimento da propriedade privada dos meios de produção na China é preocupante. Somente com o tempo saberemos se o chamado “socialismo de mercado” é um caminho original para a superação dos elevados déficits sociais e de infra-estrutura do país ou se é um lento caminho para a restauração capitalista.

### **“Nuestra America”**

Nos países latino-americanos, merece destaque a Revolução Bolivariana na Venezuela. Aliando instrumentos institucionais à intensa mobilização popular, ela promove iniciativas como uma ampla reforma agrária, os “Círculos Bolivarianos” e as “Missões”.

Um exemplo do processo que ocorre na Venezuela, foi o anúncio de que o país é o segundo na América Latina a erradicar o analfabetismo (primeiro foi Cuba), através das missões educacionais Robson, Ribas e Sucre. Sem contar a criação do canal de televisão TeleSur (em conjunto com Cuba, Argentina e Uruguai), como instrumento de resistência e integração cultural dos povos latino-americanos.

Na esfera internacional, a Venezuela se consolida como maior aliada de Cuba, com cooperação em várias áreas (energia, educação e saúde). Porém, a principal aliança ocorre no combate a ALCA, a partir da proposta da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA). Essa proposta se pauta na unidade dos povos, defendendo as soberanias nacionais e buscando formas de integração que estejam pautadas na solidariedade e na cooperação, em vez da anexação econômica e liberalização dos mercados.

A eleição de Evo Morales, primeiro indígena a governar a Bolívia, demonstra que a mobilização popular pode ir além da denúncia e do protesto, apontando para soluções e um projeto de poder inclusivo e popular.

A nacionalização dos recursos naturais efetuada atende à legítima aspiração do povo e dos trabalhadores bolivianos de usufruir plenamente de suas riquezas nacionais, que há séculos vêm saqueadas pelas grandes empresas capitalistas, pela grande burguesia internacionalizada.

Esta medida corresponde aos interesses históricos do país, é um ato de soberania de um país latino-americano diante da arrogância do grande capital. A Petrobrás há muito vem se comportando como uma empresa privada transnacional, espoliando riquezas alheias com apoio do governo brasileiro, cuja atitude deveria ser a de propor uma integração latino-americana de novo tipo, voltada para os interesses da classe trabalhadora, em contraposição aos interesses imperialistas.

Cuba continua a ser a principal referência política e ideológica para os revolucionários de todo o mundo, em especial na América Latina. A pequena Ilha demonstra que o socialismo não é uma utopia, mas a real alternativa ao capitalismo. Por isso Cuba permanece na mira do imperialismo, em especial dos EUA, que aumentou as medidas econômicas restritivas e busca pretextos, como a condenação na Comissão de Direitos Humanos da ONU, para efetivar ações mais severas. Mas Cuba não está só! Seu lema é cada vez mais atual: Socialismo ou Morte!

A eleição de Michelle Bachelet e dos socialistas no Chile, mesmo com maioria parlamentar, apontam para a continuidade do governo de Lagos, que nada mais fez senão aprofundar a política neoliberal. Isso significa o fortalecimento das relações econômicas com os Estados Unidos e virando as costas para a construção de alternativas de integração com os demais países latino-americanos.

O governo uruguaio de Tabaré Vázquez parece seguir o mesmo caminho de Lula. Recentemente, o governo acenou a possibilidade da assinatura de acordos bilaterais de livre-comércio com os Estados Unidos, enfraquecendo o Mercosul. Pode ser muito cedo ainda para julgar os rumos do governo de Vázquez, mas entendemos que o mesmo não vem construindo uma alternativa ao neoliberalismo em seu país.

Nestor Kirchner na Argentina, mesmo não seguindo a agenda do neoliberalismo, até por conta da situação crítica que passava e ainda passa o país, não vem resolvendo os problemas sociais do povo argentino. O recente pagamento da dívida argentina com o FMI, assim como fez o governo brasileiro, pode ser considerado criminoso, pois os valores pagos poderiam ser investidos em programas sociais, nas áreas da saúde, da educação e da geração de empregos.

### **Conscientizar a juventude na luta contra o imperialismo**

Para avançarmos, ainda mais, na luta por nova sociedade é importante à solidariedade entre os povos. Assim, na esfera internacional, a UJC deve pautar-se na luta pela paz mundial, pela autodeterminação dos povos e na cotidiana luta contra o imperialismo.

Dentro desse quadro, A UJC deve potencializar contatos com as juventudes filiadas a FMJD e ampliar nossos contatos com outras juventudes que estão no campo da esquerda revolucionária.

Criada em 1945, após a II Guerra Mundial, a FMJD reúne diversas organizações juvenis internacionais. Ela promove ações conjuntas entre as organizações na luta contra o imperialismo, pela paz e pela solidariedade entre os povos, além de fortalecer a cooperação entre as organizações juvenis e incentivar a troca constante de experiências.

### **NACIONAL**

O Brasil passa por um momento sombrio. A sombra dos movimentos da elite política e econômica do país reflete-se sobre a massa de trabalhadores e de suas esperanças.

O Governo Lula se caracteriza como um governo que deu continuidade ao conteúdo de políticas herdadas e aprofundou as reformas neoliberais no país.

A assimilação do neoliberalismo já encontrava vestígios quando se concretizou a flexibilização de seu programa de governo – através da Carta aos Brasileiros – em meados de 2002.

Esta assimilação passou a ficar mais clara já nos primeiros meses do Governo Lula, durante o debate sobre a Reforma da Previdência. A partir de então, houve uma sucessão de medidas que contrariaram diversas bandeiras da esquerda, como a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP's) e a realização de novos leilões de áreas de exploração de petróleo e gás natural promovido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Ao invés de apresentar uma proposta de Reforma Trabalhista, com a finalidade de garantir os reajustes salariais e a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, o governo apresenta a proposta de Reforma Sindical. Esta tem o intuito de flexibilizar os direitos dos trabalhadores através da prevalência do negociado sobre o legislado, sem o governo precisar defender a redução de direitos publicamente. Assim, a “livre negociação” entre capital e trabalho tornará “desnecessária” as mudanças nas leis trabalhistas.

A política econômica continua pautada pelo ajuste fiscal, pelas elevadas metas de superávit primário, pelas altas taxas de juros. Além de uma política de metas inflacionárias, liberdade para os fluxos de capitais e por uma autonomia, que não é legal, mas é efetiva do Banco Central. Dessa maneira continuamos vendo uma política econômica que privilegia o sistema financeiro em detrimento do crescimento econômico e da distribuição de renda.

Mesmo com a atual crise política, a predominância dos interesses do capital financeiro internacional no apoio ao governo brasileiro, tenderá a fazer com que esse princípio sejam conservados, ainda que a taxa de juros caia pouco e lentamente, o governo manterá o superávit fiscal em patamar elevado. A falta de planejamento econômico não possibilita uma alteração significativa na estrutura produtiva do país. O desemprego segue em patamar elevado, e não há sinais de queda significativa. Os índices de crescimento do PIB anunciados têm por base a produção agrícola voltada para as exportações, ou seja, esse “crescimento” não produz efeitos positivos para a maioria da população!

O que parecia positivo para toda à esquerda, a política externa do governo – por exemplo, o estreitamento e o apoio ao governo Venezuelano – passou a tomar outra forma. A abstenção brasileira na votação que condenou Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU possui o objetivo claro de desestabilizar e isolar Cuba.

Sem respeitar a autodeterminação dos povos, o governo federal enviou tropas ao Haiti. A missão da ONU (Minustah), comandada pelo Brasil, conseguiu realizar a eleição geral no país. Mas essa eleição foi marcada pela fraude. Acusações de roubo de urnas e violação de cédulas, além de conflitos de milícias nas ruas. Mesmo assim, o governo brasileiro reconheceu o pleito e assegurou a vitória do candidato Prével, com uma postura similar à dos EUA em relação ao Iraque.

Em meio a uma crise de solução ainda indefinida, ocorrem tentativas no sentido de diminuir o desgaste do governo desde a divulgação da corrupção nos Correios. A notícia de corrupção envolvendo parlamentares da base aliada trouxe à tona a existência de uma estrutura de poder “paralelo”, uma estrutura que já existia há muito tempo e que apenas se renovava a cada novo governo.

A crise é mais um reflexo da estrutura de relações entre os grupos econômicos e de interesse e o poder de Estado, nutrida pelo longo período de ditadura iniciado em 1964, usada em grande escala pelo governo FHC, mas inimaginável para um governo que se dizia popular e democrático.

O governo jogou pesado na eleição de Aldo Rebelo (PCdoB) para a presidência da Câmara dos Deputados, liberando verbas para parlamentares, exercendo todo



o tipo de pressão disponível, como a presença de ministros no plenário. O preço a ser pago, entretanto, é muito elevado. A tarefa de Aldo Rebelo é “temperar a pizza”, abafar os escândalos de corrupção, jogar toda ou ao menos parte da sujeira para debaixo do tapete, salvar a pele de deputados do PT e dos partidos da base aliada.

O PSDB também tem o seu “mensalão”. O caso envolvendo o ex-governador de Minas Gerais, o senador Eduardo Azeredo, no “valerioduto” revela que a crise que se instalou não é um privilégio do PT. O PSDB e o PFL blindaram os seus deputados, mascarando os seus envolvimento em corrupção que eram compartilhados com o governo federal. Porém, o governo e a oposição da direita assinaram “o pacto das elites” que compreende numa jogada entre PT e PSDB para não “sangrarem” juntos.

Da mesma forma, o “tucanato petista” lança certos legisladores para a cassação, tentando passar ao povo uma amostragem débil de limpeza da podre corrupção dos tapetes de seus salões.

Certamente, a fragmentação da esquerda foi um forte elemento para o não coescionamento dos movimentos sociais em torno de determinadas bandeiras. Devemos aprender como lição que, enquanto perdurar a atual dispersão política entre aqueles que lutam pela superação revolucionária do capitalismo, não haverá condições de disputar com a social-democracia a hegemonia dos movimentos sociais. Nem maneiras de apresentar o socialismo como alternativa para o Brasil.

## **Movimentos Sociais**

Os movimentos sociais assistiram calados, a todas as ações do governo Lula. Uns escolheram a defesa intransigente ao governo e outros optaram pela crítica vacilante, sem se posicionar firmemente contra a corrupção.

Diversas entidades abandonaram a sua autonomia e suas reivindicações a favor de uma defesa ao Planalto. Porém, não podemos dizer que os Movimentos Sociais sofreram cooptação por parte do governo do PT/Lula. A Consolidação da social democracia no Brasil com a eleição de Lula, assim como em outros países onde a social democracia conseguiu vitórias eleitorais significativas, foi favorecido pelo fato da social democracia possuir raízes nos movimentos sociais, consolidando-nos mesmos um projeto de gestão do Capital.

Dentro dessa lógica, algumas entidades ao invés de lutar contras as medidas neoliberais preferiram adotar a política de blindagem ao governo Lula, se reconhecendo nele, se atrelando como uma extensão do governo, verdadeiros braços do governo nos movimentos sociais.

O maior exemplo é o da CUT. A indicação do então presidente da CUT, Luiz Marinho, ao ministério do Trabalho com o objetivo de aprovar a Reforma Sindical e Trabalhista mostra a perda total de autonomia da maior entidade sindical do país. Além disso, a direção majoritária da CUT trocou a luta de classes pela

“humanização” e “administração” do capitalismo, adotando o discurso do “sindicalismo cidadão”, que pretende dar ares de dignidade e qualidade à exploração capitalista. O seu esgotamento, como entidade representativa da classe trabalhadora, já está mais do que nítido.

O MST, após “esperar o diálogo” com o governo federal, adota uma política mais ofensiva, mas sem abandonar o seu canal de diálogo com Lula. O MST intensificou as ocupações no campo, após a publicação dos seus dados sobre a Reforma Agrária. Os dados contestam os números do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de acusar o governo Lula de ser submisso à política do Banco Mundial.

É preciso unificar a classe trabalhadora e buscar uma saída socialista para o país. Por isso nessa conjuntura, as propostas da Intersindical e da Assembléia Nacional Popular de Esquerda se tornam importantes instrumentos de reaglutinação da esquerda. Reunindo sindicatos e militantes sindicais, no caso da Intersindical, e sindicatos, entidades estudantis e vários setores da sociedade civil, no caso da Assembléia. Estas duas novas frentes de luta já se organizam em alguns estados.

Mesmo possuindo um caráter ainda embrionário, a Assembléia se propõe a não apenas resolver um problema da esquerda. Propõe-se, também, a recuperar a capacidade do movimento popular de intervir na conjuntura nacional e internacional, construindo uma plataforma unitária com base nas reivindicações históricas do movimento social.

A intersindical se constitui como uma alternativa à esquerda da CUT – esgotada enquanto entidade classista – e de caráter eminentemente sindical, diferenciando-se assim, também, da proposta da Conlutas, que reúne, na mesma agremiação, entidades de natureza diferente, o que a inviabiliza como uma organização que congregue sindicatos e trabalhadores organizados para o enfrentamento capital x trabalho.

## **ESTATUTO DA U.J.C.(b)**

### **CAPITULO I**

Da Organização, Seus Objetivos e Características.

Art. 1º- A União da Juventude Comunista, organização de atuação em todo o território nacional, possui como sede nacional à cidade do Rio de Janeiro, terá sua ação regida por este estatuto e por seu programa aprovado em fóruns legitimamente convocados.

Art. 2º- A União da Juventude Comunista, de sigla UJC, reivindica como parte integrante de sua história, todas as organizações e tentativas de organizar a Juventude Comunista, empreendida pelo PCB anteriores a fundação da UJC, que possui por data de sua fundação o 1º de Agosto de 1927.

Parágrafo Único – A UJC possui como bandeira e símbolo uma bandeira branca tendo ao centro a estrela com a foice e martelo cruzados em dourado do qual sai uma flâmula vermelha com a sigla em branco da UJC.

Art. 3º - A UJC é a Juventude do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, com o qual possui vínculos políticos e ideológicos, tendo suas direções e ações em linhas gerais referendada pelo PCB, em suas respectivas instâncias.

Parágrafo Único – Resguarda-se a autonomia relativa ao desenvolvimento das linhas gerais referendadas pelo PCB, sua política, ações e intervenções na sociedade, de maneira criadora, e considerando em suas formulações as maleabilidades e especificidades de uma organização de juventude.

Art. 4º - A UJC possui como objetivo, contribuir com a ruptura revolucionária com a sociedade capitalista, a construção da sociedade socialista e o seu processo de superação através do lançamento das bases da sociedade comunista, onde o homem possa desenvolver todas suas potencialidades de maneira plena e em prol da sociedade.

Parágrafo Único – A UJC possui seu referencial político no PCB, e em seus fundamentos, o Marxismo-Leninismo, o Internacionalismo Proletariado, e no acúmulo criativo do Marxismo através da prática e de outros teóricos, que desenvolveram a teoria na construção do Socialismo Científico.

Art. 5º - Para alcançar seus objetivos programáticos, desenvolver sua tática e estratégia, a UJC utiliza da unidade de ação, política, ideológica e de organização, o Centralismo Democrático, o respeito às minorias, a busca exaustiva pelo consenso, fundamentados nos princípios do Marxismo-Leninismo, tendo como resultante, uma organização de militantes na perspectiva da formação de quadros, o que potencializa nossa intervenção e inserção nos movimentos sociais.

Parágrafo Único – Nossa intervenção nos movimentos sociais se dará por frentes de massas criadas pela UJC, como ferramentas de relações e interações com a juventude de maneira geral, contribuindo com o acúmulo político, teórico e prático dos jovens comunistas, cooperando na construção do bloco histórico.

Art. 6º - A UJC forma seus militantes na esfera da solidariedade e camaradagem, e do internacionalismo proletariado, onde reconhece e participa da Federação Mundial da Juventude Democrática, a FMJD, e se solidariza com todos os trabalhadores e movimentos não só de juventudes, em lutas por todo o mundo.

## CAPITULO II

### DOS MEMBROS (Filiados)

Art. 7º - Pode-se filiar a UJC qualquer pessoa até 29 anos de idade, que aceite o Estatuto da organização e esteja disposto a contribuir para a realização do Programa da UJC.

Parágrafo primeiro – O tempo de militância na UJC irá até os 29 anos, podendo ser prorrogado ou reduzido, diante de tarefas atribuídas pelo comitê do PCB respectivo à instância da UJC a qual esteja ligado o militante.

Parágrafo segundo – A filiação a UJC deve ser aprovada pelo núcleo a qual o requerente esteja ligado por militância ou, em não havendo núcleos locais, a filiação deve ser abonada pela Coordenação Regional a qual o ingressante a filiação esteja ligado só podendo então ser aceita a filiação com o abono da organização, representada pela sua instância respectiva.

Parágrafo terceiro – As direções estaduais da UJC devem possuir um cadastro de todos os seus filiados e devem promover anualmente um recadastramento e enviar para a direção nacional.

Art. 8º - A filiação a UJC fica automaticamente cancelada nos casos de morte ou expulsão, ou através da solicitação livre e voluntária de desfiliação por parte do filiado, solicitação esta que deve ser encaminhada por escrito aos órgãos superiores da UJC.

Art. 9º - São direitos dos filiados a UJC:

- I) Participar de todas as atividades políticas da organização;
- II) Votar e ser votado nas eleições internas da UJC, Respeitar o estágio probatório de 90 dias;
- III) Criticar, no âmbito da UJC, tudo o que lhe pareça incorreto na organização;
- IV) Encaminhar propostas, reclamações e recursos à instância a qual pertence;

- V) Participar, com ampla garantia de seus direitos, de qualquer discussão acerca de sua conduta e atividades político-sociais;
- VI) Afastar-se temporariamente das atividades da organização, mediante pedido de licença.

Art. 10º - São deveres dos filiados:

- I) Cumprir as deliberações da maioria sobre as atividades da organização, zelando pela unidade da ação política.
- II) Aprimorar seu embasamento teórico-filosófico a partir do conhecimento dos clássicos do Marxismo e demais teóricos marxistas, utilizando este conhecimento como instrumento de análise da realidade concreta;
- III) Desenvolver a solidariedade, a autocrítica, a fraternidade e o companheirismo no interior da organização;
- IV) Participar das atividades da UJC nos movimentos sociais, desenvolvendo e garantindo a aplicação da linha política da organização;
- V) Pagar a contribuição financeira estabelecida pela UJC.

Art.11º - O filiado da UJC que infringir princípios programáticos, estatutários ou regimentais, estará sujeito à advertência, à suspensão temporária da filiação ou à expulsão da organização.

Art. 12º - As medidas disciplinares citadas no artigo anterior podem ser propostas por um filiado ou instância. A adoção ou não da medida disciplinar será decidida pela maioria qualificada (2/3) da Direção da instância do citado infrator, em reunião convocada especialmente para esse fim, da qual pode o filiado em causa, notificado previamente da reunião, participar com amplo direito de defesa.

Parágrafo Único - O filiado em questão tem o direito de recorrer da decisão em fóruns imediatamente superiores ao seu e em última instância até o congresso nacional, fórum máximo da organização.

Art. 13º - Poderá haver dissolução ou reestruturação de organismos da UJC, por deliberação de órgão ou instância hierarquicamente superior, em face de questões de natureza disciplinar ou operacional, desde que devidamente justificada.

Parágrafo primeiro – O recurso contra a decisão de dissolução é feito junto ao organismo ou instância imediatamente superior à que a adotou e a todos os organismos e instâncias superiores, sucessivamente, até o congresso nacional ad organização, respeitando o prazo de 15 dias úteis para a interposição.

Parágrafo segundo – A dissolução de organismo da UJC, só pode ser decidida em reunião especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos 2/3 dos membros do organismo competente e decisão da maioria simples dos presentes.

Art. 14° - O organismo ou instância que provocou a dissolução do outro que lhe era subordinado, poderá indicar uma comissão provisória de reorganização, que além de reestruturar o organismo, deverá fazer a ligação entre seus filiados.

### CAPITULO III DOS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS, E ESTRUTURAIS.

Art. 15° - A UJC possui, como base fundamental de seus princípios organizativos, o Centralismo Democrático, que significa em seu conjunto:

- a) A democracia interna e a disciplina consciente e crítica, tendo como base à unidade ideológica, política, orgânica e de ação, alcançada à custa de extensa busca do consenso e convencimento das minorias, do respeito a elas, da circulação vertical e horizontal das informações.
- b) O cumprimento das resoluções da UJC por todo o conjunto da organização.
- c) A liberdade de discussão nos organismo e instâncias
- d) Responsabilidade e autonomia de atuação dos coletivos de frentes de atuações, respeitando as linhas gerais da UJC, seu programa e instâncias superiores.
- e) Direção Coletiva.

Art. 16° - Todo filiado pode discutir abertamente em fóruns apropriados questões da UJC e expressar sua opinião.

Parágrafo único – Tomada, porém, uma decisão num organismo ou instância da UJC, o debate sobre tal resolução somente pode ser reaberta com a aprovação da maioria qualificada (2/3) do organismo que tomou a resolução ou por indicação de Fórum Superior

Art. 17° – O Princípio do Centralismo Democrático desautoriza a formação de tendência interna, abertamente ou disfarçada. A Formação de tendência é a negação da dialética contida no princípio do Centralismo Democrático.

Parágrafo Único – A formação de tendência fere profundamente o tipo de organização a qual buscamos construir, portanto tal postura deve ser combatida com a punição máxima, a expulsão da organização ao se comprovar tal prática.

Art. 18° - A UJC deve desenvolver uma política de finanças próprias, para além de fazer planejamentos em longo prazo de atividades, e poder responder as demandas concretas de se estruturar enquanto organização e participante dos movimentos sociais.

Art. 19° - O patrimônio da UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA será constituído de:

- I) Pelos bens que vier a adquirir;
- II) Por subvenção e auxílio de órgãos e entidades públicas, inclusive

internacionais;

III) Por doações e legados que vier a receber;

Parágrafo Único - Os bens só poderão ser utilizados ou aplicados na própria consecução de seus fins, permitida, entretanto, a alienação para obtenção de rendas necessária à realização de seus objetivos, observadas as condições impostas e estabelecidas neste Estatuto.

Art. 20º - Os rendimentos da UJC provêm da contribuição de seus militantes, de iniciativas na venda de materiais da organização, de doações de terceiros e outros apoios não previstos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro – Todo militante filiado a UJC tem como tarefa à contribuição financeira com a organização, contribuição esta que deve ser estipulada pelos secretários de finanças estaduais.

Parágrafo Segundo – A administração das finanças da UJC será feita pelos seus respectivos secretários de finanças estaduais e nacional.

Parágrafo Terceiro – Os repasses das finanças da UJC será de 30% das arrecadações gerais realizadas nos Estaduais para a Nacional, com o fim de custear suas atividades internas (como Jornais, boletins, e etc) e externas (nossa participação em atividades nacionais e atividades internacionais).

Art. 21º - A UJC é constituída por um sistema de organização, com a seguinte hierarquia em ordem crescente:

- a) Núcleos de atuações (movimento estudantil, movimento cultural e jovens trabalhadores).
- b) Coordenação Municipal.
- c) Coordenação Estadual.
- d) Coordenação Nacional.

#### CAPITULO IV DAS INSTÂNICAS

Art. 22º - Os núcleos de atuações constituem um importante elo entre a organização e a juventude, contribuindo no diálogo com os jovens, recolhendo destes, suas reivindicações e proposições para um melhor acúmulo político, formulando junto à realidade concreta e aplicando a linha política da UJC. Todo militante da UJC, independente de função que esteja ligado, deve estar participando de um dos coletivos da UJC.

Art. 23º - Os núcleos de atuações da UJC devem ser divididos em suas três frentes de atuações, o núcleo Estudantil, o núcleo de Jovens Trabalhadores e o

núcleo de Movimento Cultural, que diante da dinâmica do movimento, podem se constituir frações mais específicas. Cada núcleo deve também possuir um secretariado composto por no mínimo um secretário político, um de organização e um de finanças.

Parágrafo Único – Os núcleos de atuações devem ser constituídos no mínimo de 03 militantes, onde não houver três militantes, devem ser constituídos núcleos com caráter provisório, buscando construir a frente de atuação.

Art. 24º - Os coletivos de atuações devem possuir reuniões periódicas para melhor pautar suas atividades e planejar a médio e longo prazo suas agendas de intervenções.

Art. 25º - Compete também aos núcleos:

- a) Tornar viva a política da UJC junto aos mais amplos setores organizados da juventude brasileira e comprometidos com mudanças qualitativas da sociedade;
- b) Estimular o estudo teórico e da realidade brasileira
- c) Recolher contribuições dos filiados
- d) Divulgar a linha política da UJC.

Art. 26º - Compete às direções Estadual e Nacional, em suas respectivas jurisdições:

- a) Planejar e dirigir a execução das deliberações dos organismos e instancias superiores da UJC;
- b) Eleger suas respectivas comissões políticas;
- c) Garantir periodicidade de seus fóruns e espaços, com reuniões da comissão política estadual no mínimo uma a cada quinze dias, dos plenos estaduais de no mínimo uma a cada dois meses (60 dias); do pleno nacional no mínimo uma a cada seis meses (180 dias) dias, e da comissão política de no mínimo uma a cada três meses (90 dias ).

Art. 27º - Onde houver necessidade será constituído comissões municipais, para coordenar as atividades da UJC.

Parágrafo Único – As comissões municipais indicadas pelas direções estaduais, terão caráter provisório, até sua respectiva conferência.

Art. 28º - As direções Estaduais e Nacional elegerão, dentre seus membros efetivos, Comissões Políticas, que dirigirão a UJC em suas respectivas jurisdição, entre uma reunião e outra do pleno do organismo, podendo criar comissões auxiliares.

Parágrafo Primeiro – O número de membros das comissões políticas deverá ser inferior à metade do número de membros da respectiva direção.



Parágrafo Segundo – As comissões auxiliares possuirão características distintas, sendo criadas comissões provisórias, que serão consultivas e com finalidades específicas, e comissões permanentes, de caráter cooperativo: departamentos e operacionais.

Art. 29º - Compete às comissões políticas de cada instância:

- a) Dirigir a organização entre as reuniões do pleno e aplicar as deliberações das conferências e da direção plena.
- b) Convocar reuniões extraordinárias, de acordo com a demanda, do pleno, por determinação de órgão ou instância superior ou aprovado por maioria simples na comissão política.
- c) Convocar a conferência e reuniões ordinárias da direção.
- d) Apresentar propostas, documentos e teses para discussão.

Parágrafo Único – As comissões políticas podem se reunir em caráter extraordinário sendo convocado por iniciativa de 1/3 de seus membros.

Art. 30º - As Coordenações estaduais deverão organizar espaços de discussões e acúmulo que extrapole as esferas de organismos e instâncias estaduais, em forma de plenárias com periodicidade de no mínimo a cada três meses, possibilitando a ampliação das discussões em âmbito estadual, de questões e atividades gerais da UJC, integrando: simpatizantes coletivos e direções, potencializando as ações da UJC e sua envergadura política.

Art. 31º - Compete à Coordenação Nacional, além das atribuições comuns a aos outros órgãos dirigentes:

- a) Dirigir a UJC em nível Nacional
- b) Examinar as prestações de contas, os balanços de direções e os recursos que lhe forem encaminhados além de manter um estreito e constante contato com a PCB em seu Comitê Central, a qual deve prestação de contas.

Art. 32º - A Comissão Política da Coordenação Nacional é constituída de, pelo menos, uma Coordenação Geral (Secretário Geral, Secretário de Organização e um Secretário de Finanças), um Secretário de Relações Internacionais, um Secretário de Formação, um Secretário por Frente de Atuação (Movimento Estudantil, Jovens Trabalhadores e Movimento Cultural) e quantos mais necessários para dirigir os trabalhos da UJC.

Art. 33º - As Direções Estaduais e Nacional designarão, dentre seus membros, os assistentes dos organismos hierarquicamente inferiores, sob a responsabilidade do respectivo secretário de organização.

Parágrafo Primeiro – O Assistente orienta o organismo assistido com opiniões e decisões coletivas do organismo dirigente, não sobrepondo suas opiniões pessoais as do coletivo a qual pertence.

Parágrafo Segundo – O assistente não possui em qualquer situação, direito de voto no espaço a qual esteja assistido.

Parágrafo Terceiro – Por maioria qualificada (2/3), o organismo assistido, pode solicitar a troca do assistente, justificadamente.

## CAPITULO V DOS FÓRUNS

Art. 34° - As Conferências Municipais (quando necessário), Regionais e o Congresso Nacional reúnem-se ordinariamente pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos para fazer balanço de sua própria atividade e dos organismos que lhe são subordinados e eleger as suas instâncias de direções

Art. 35° - São membros das Conferências e do Congresso os filiados delegados especialmente eleitos na forma e se for o caso, na proporcionalidade prescrita no Edital de Convocação e nas normas com direito a voz e voto e os membros da direção respectiva com direito à voz, caso não sejam eleitos delegados.

Art. 36° - O Congresso Nacional é a instância máxima deliberativa da UJC, tendo em suas resoluções a linha política que guiará a UJC em âmbito nacional e em todo o conjunto de sua militância até o próximo Congresso.

Art. 37° - São competência do Congresso nacional:

- a) Informe e balanço da direção nacional.
- b) Reforma do Programa e do Estatuto, fixando sua linha de intervenção política.
- c) Recursos que lhe forem encaminhados, sendo a instância máxima destes.
- d) Eleição da Direção Nacional.

Art. 38° - As conferências municipais e regionais são a instância máxima nos respectivos âmbitos, e deve deliberar sobre sua linha de intervenção política dentro da linha geral da organização, analisar os recursos a ela encaminhada, eleger sua direção e delegados ao Congresso Nacional.

Parágrafo Único – As Conferências Municipais não elegerão delegados, todos os participantes são delegados diretos para a Conferência Estadual, ficando a cargo das Conferências Municipais acumular discussões, encaminhar propostas a resolução política e em caso de se constituir Comissão Municipal, eleger os membros desta. A Comissão não pode ser constituída em número inferior a 03 e superior a 07 membros, que dirigirão a organização em âmbito municipal e fazer a ligação desta com a direção estadual.

Art. 39° - As Conferências são convocadas pelas Direções, através do respectivo Secretário Político ou Coordenação Geral no caso do Congresso Nacional.

Parágrafo Único – A convocatória, a ser divulgada a todos os organismos e filiados na jurisdição, conterà o dia e o local de realização, com declaração das matérias de pauta e objeto de deliberação.

Art. 40º - As Conferências e o Congresso Nacional podem ser instalados com qualquer número de delegados presentes, mas só pode deliberar com a presença de maioria qualificada dos delegados eleitos ao fórum.

Art. 41º - As Normas e o Regimento do Congresso Nacional serão elaborados pela comissão política da Direção Nacional auxiliada pelo Comitê Central do PCB e discutidos e aprovados em Reunião da Direção Nacional e no caso do Regimento, após sua aprovação, ser encaminhado à sessão de instalação dos Trabalhos onde deve ser aprovado ou sofrer modificações pelo plenário.

Parágrafo Único – Os Regimentos das Conferências serão elaborados pelas direções respectivas, apreciadas e aprovadas pela comissão Política do Organismo.

## CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42º - O Presente Estatuto só poderá ser reformado pelo congresso nacional da UJC e com aprovação de maioria qualificada dos delegados credenciados ao congresso.

Art. 43º - A UJC somente poderá ser dissolvida como resolução do Congresso nacional do PCB ou em congresso nacional da própria UJC, chamado para este fim, e aprovado pela maioria absoluta de seus delegados (4/5).

Art. 44º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Coordenação Nacional.

Art. 45º - O Presente Estatuto entra em vigor na data sua aprovação, ficando revogados o Estatuto anterior e as demais disposições em contrário.

## **ANEXO:**

UJCBRASIL@YAHOO.COM.BR

### COORDENAÇÃO NACIONAL DA UJC

- Rodrigo Lima - RS
- Gustavo Harder - SC
- Aldo Jose - SP
- Alexandre Silva Chernobyl - SP
- Wagner Farias - SP
- Edson Mendonça - RJ
- Paulo Schueler - RJ
- Heitor César Oliveira - RJ
- Renata Regina - MG
- Túlio Lopes - MG
- Paulo Maskote - GO
- Thiago Jorge - DF
- Sildeane Sales - MA
- Natalia Paulino - PE
- Fabio Medeiros - PE
- Sakai - SE
- Brito - AP

#### Suplentes:

- Rodrigo - SC
- Daniel Oliveira - MG
- Saulo Henrique - SE

## **ANEXO**

### HINO DA "INTERNACIONAL"

De pé ó vitimas da fome  
De pé famélicos da Terra  
Da idéia a chama já consome  
A crosta bruta que a soterra.  
Cortai o mal bem pelo fundo  
De pé, de pé, não mais senhores  
Se nada somos em tal mundo,  
Sejamos tudo, ó produtores

Bem unidos façamos  
Nesta luta final,  
Uma terra sem amos,  
A internacional.

Messias, deuses, chefes supremos  
Nada esperamos de nenhum  
Sejamos nós que conquistemos  
A Terra mãe livre comum  
Para não ter protestos vãos,  
Para sair deste antro estreito,  
Façamos nós com nossas mãos  
Tudo que a nós nos diz respeito.

Bem unidos façamos  
Nesta luta final,  
Uma terra sem amos,  
A internacional.

O crime do rico a lei o cobre  
O Estado esmaga o oprimido  
Não há direito para o pobre  
Ao rico tudo é permitido  
À opressão não mais sujeitos  
Somos iguais todos os seres  
Não mais deveres sem direitos  
Não mais direitos sem deveres

Bem unidos façamos  
Nesta luta final,  
Uma terra sem amos,  
A internacional.  
Abomináveis na grandeza  
Os reis da mina e da fornalha  
Edificaram a riqueza  
Sobre o suor de quem trabalha. produto de quem sua  
A corja rica o recolheu  
Queremos que ela o restitua  
O povo quer só o que é seu

Bem unidos façamos  
Nesta luta final,  
Uma terra sem amos,  
A internacional.

Nós fomos de fumo embriagados  
Paz entre nós, guerra aos senhores

Façamos greve de soldados  
Somo irmãos trabalhadores.  
Se a raça vil cheia de galas  
Nos quer a força canibais  
Logo verá que nossas balas  
São para os nossos generais.

Bem unidos façamos  
Nesta luta final,  
Uma terra sem amos,  
A internacional.

Pois somos do povo os ativos  
Trabalhador forte e fecundo  
Pertence a terra aos produtivos  
Ó parasita deixa o mundo  
Ó parasita que te nutres  
Do nosso sangue a gotejar  
Se nos faltarem os abutres  
Não deixa o sol de fulgurar

Bem unidos façamos  
Nesta luta final,  
Uma terra sem amos,  
A internacional.